

S. M. P.

de Agosto de 1948.
Raymundo Antunes Soares. Prefeito Municipal.
pelo Bureau de Camargo. Secretário Contador
Registrado e publicada na Secretaria Municipal
na mesma data supra, de acordo com o original
João Camargo

Lei nº 88 de 12 de Outubro de 1948.

Que dispõe sobre concessão de licença -
prêmio aos funcionários municipais

Raymundo Antunes Soares, Prefeito Muni-
cipal de Piedade.

Faço saber que a Câmara Municipal decre-
ta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O funcionário público, efetivo ou
em comissão terá direito a licença - prêmio
de 3 (três) meses, em cada período de 5 (cinco)
anos de exercício ininterrupto, em que não
haja sofrido qualquer penalidade adminis-
trativa, salvo a de advertência.

§ 1º - Para efeito de licença - prêmio, considera-
se de exercício o tempo de serviço prestado pelo
funcionário em cargo público do Município
qualquer que seja sua forma de provimento, ou
como extramunerário, contratado, mensalista, dia-
rista e taceiro.

§ 2º - O período de licença - prêmio será con-
siderado de efetivo exercício para todos os efeitos
legais e não acarretará desconto algum na ven-
cência ou remuneração.

Art. 2º - Para os fins da presente Lei não
se consideram interrupção de exercício:

a) os afastamentos enumerados no art. 96

do decreto-lei estadual nº 13.030, de 28 de outubro de 1942, excetuado o previsto no inciso XII;

b) as faltas previstas no inciso mencionado, as justificadas e os dias de licença previstos nos itens I, III e IV do artº 145, do decreto-lei estadual nº 13.030, de 28 de outubro de 1942, desde que o total de todas essas ausências não exceda o limite máximo de 30 (trinta) dias no período de 5 (cinco) anos.

§ 1º - São consideradas justificadas, para o efeito deste artigo, as faltas dadas até a expedição da presente Lei, desde que não tenham sido punidas nos termos do artigo 223, do decreto-lei estadual nº 13.030, de 28 de outubro de 1942.

§ 2º - Para os fins da presente Lei considere-se falta computável entre as referidas na alínea "b", deste artigo, cada grupo de 3 (três) entradas tarde.

Artº 3º - Será contado, para efeito de licença-premio, o tempo de serviço prestado em outro cargo público do Município, qualquer que seja a forma de provimento, desde que entre a cessação do anterior exercício e o início do subsequente não haja interrupção superior a 20 (vinte) dias.

§ 1º - O tempo de serviço prestado no mesmo cargo, mediante outra forma de provimento, será contado, desde que não tenha havido interrupção do exercício.

§ 2º - O tempo prestado em outro função pública do município será contado nos mesmos termos deste artigo.

Artº 4º - O requerimento de licença-premio será instruído com certidão de tempo de serviço.

§ único - A licença-premio será concedida

pelo Prefeito Municipal a quem caberá, tendo em vista as razões de ordem pública devidamente fundamentadas, determinar a data do início do gozo da licença-prêmio e decidir se poderá ela ser gozada por inteiro ou parceladamente.

Artº 5º - A pedido do funcionário, a licença-prêmio poderá ser gozada em 3 (três) parcelas não inferiores a 30 (trinta) dias.

Artº 6º - Durante o gozo da licença, quer parcial, quer global, poderá o Prefeito Municipal sobrestar-la desde que ocorram promoção ou a nomeação do funcionário para cargo ou função que lhe representem melhoria, ou motivo de interesse relevante ao serviço, devidamente fundamentado e para os quais se exija imediato exercício.

§ 1º - Os dias de licença-prêmio que deixar de gozar no respectivo período serão acrescidos ao período subsequente.

§ 2º - Quando a licença-prêmio for de tempo global, aos dias não gozados em virtude da interrupção, deverá ser marcado novo início dentro de 30 (trinta) dias da data em que foi sobrestado.

Artº 7º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

§ único - A concessão da licença ocorrerá quando o funcionário não iniciar o gozo dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato que houver concedido.

Artº 8º - Poderá o funcionário, mediante requerimento, desistir do gozo da licença-prêmio, contando-se-lhe, nesse caso, em dobro

o tempo respectivo, para os fins do art.º 97 do Decreto-Lei Estadual nº 13.030, de 28 de outubro de 1942, e para efeito do adicional.

§ único - A desistência será irretratável, uma vez concedida, e somente poderá referir-se ao período total da licença.

Art.º 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 12 de Outubro de 1948

Raymundo Antunes Soares - Prefeito Municipal
João Brena de Camargo - Secretário Executivo
Registrada e publicada na mesma data su-
pra de acordo com o original
João Brena de Camargo

Lei nº 89 de 13 de Outubro de 1948

Reforma o sistema tributário do Município.

Raymundo Antunes Soares, Prefeito Municipal de Piedade:

Faço saber que a Câmara Municipal de Piedade decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Título I

Dos Impostos, Taxas e rendas Municipais

Capítulo I

Sua discriminação

Art.º 1º - Os impostos, taxas e rendas que constituem a receita do município são os seguintes:

A - Impostos:

1 - Imposto Territorial Urbano